

**NA MESA REDONDA COM TURCHIN, POLANYI, MARX E FURTADO: POR UMA
ABORDAGEM CRÍTICA DA DINÂMICA SOCIAL**

**AT THE ROUNDTABLE WITH TURCHIN, POLANYI, MARX, AND FURTADO:
TOWARDS A CRITICAL APPROACH TO SOCIAL DYNAMICS**

ÁREA 02 – História do Pensamento Econômico

Jackson Rayron Monteiro

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Jacksonrayron@id.uff.br

Emmanoel de Oliveira Boff

Universidade Federal Fluminense (UFF)

emmanoelb@id.uff.br

RESUMO: A elaboração de uma teoria da dinâmica social com base na história das diferentes civilizações vem sendo tentada e aprimorada desde a Ágora grega. No presente século, Peter Turchin tem se destacado no cenário acadêmico com a sua abordagem - a cliodinâmica - e sua teoria da dinâmica social, que recebe o nome de Ciclo Secular. O objetivo do presente trabalho é analisar a teoria do Ciclo Secular de Turchin, confrontando-a com as propostas de Marx, Polanyi e Celso Furtado e sondar até que ponto essa teoria pode ser encarada como uma alternativa para a interpretação das diferentes civilizações ao longo da História. Quanto à metodologia, o trabalho é predominantemente bibliográfico e de abordagem qualitativa, dada a necessidade de comparação de conceitos dos autores supracitados. Conclui-se que, muito embora a sua teoria seja perpassada por ausências de críticas das categorias analisadas por ele, a pesquisa do autor russo é riquíssima em termos de novos dados e fatos históricos que podem complementar e embasar empiricamente outras abordagens que buscam sistematizar teorias da dinâmica social que atentam às particularidades dos modos de produção de épocas distintas.

Palavras-chave: Teoria da História. Modo de Produção. Capitalismo. Peter Turchin.

ABSTRACT: The development of a theory of social dynamics based on the history of different civilizations has been attempted and refined since the Greek Agora. In the present century, Peter Turchin has stood out in the academic scene with his approach - cliodynamics - and his theory of social dynamics, known as the Secular Cycle. The aim of this paper is to analyze Turchin's Secular Cycle theory, confronting it with the proposals of Marx, Polanyi, and Celso Furtado, and to explore to what extent this theory can be seen as an alternative for interpreting different civilizations throughout history. Regarding the methodology, the work is predominantly bibliographic and qualitative in approach, given the need to compare concepts from the aforementioned authors. It is concluded that, although his theory is marked by absences of critiques of the categories analyzed by him, the research of the Russian author is extremely rich in terms of new data and historical facts that can complement and empirically substantiate other approaches seeking to systematize theories of social dynamics attentive to the particularities of the modes of production of different epochs.

Keywords: History's Theory. Mode of Production. Capitalism. Peter Turchin.

1. INTRODUÇÃO

A elaboração de uma teoria da dinâmica social com base no movimento histórico da civilização vem sendo tentada e aprimorada desde a Ágora grega. Em *A Política*, Aristóteles, já na Macedônia e como tutor de Alexandre Magno, propõe uma teoria do *pólis* como Cidade- Estado frente a outras Cidades-Estados. Na cultura árabe do século XIV, o *Muqadimmah* de Ibn Khaldun igualmente tentou lançar luz sobre os fatores que fazem as diferentes civilizações surgirem e depois se desintegrarem. Modernamente, iluministas escoceses (como William Robertson) estudaram como diferentes “modos de subsistência” conformaram historicamente diferentes estruturas de propriedade na história, leitura que influenciou a “teoria dos estágios” de desenvolvimento socioeconômico de Smith e de Lord Kames. Já no século XIX, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels propõem uma dinâmica do movimento histórico mediado pela forma de propriedade pelo nível de desenvolvimento da divisão do trabalho e da sua superação a partir do esgotamento dos modos de produção que em si congregam forças produtivas e relações sociais específicas. Em *A Grande Transformação* e *A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos*, Karl Polanyi investiga as transformações sociais considerando que cada época histórica tem motivações específicas para a produção e distribuição da riqueza e que o preço e o lucro são motivações específicas do modo de produção capitalista. Por fim, Celso Furtado encara a dinâmica social como um problema de desenvolvimento econômico mediante a produção, ampliação e distribuição do excedente.

No presente século, o cientista russo Peter Turchin tem se destacado no cenário acadêmico com a sua abordagem da história – a cliodinâmica – e sua teoria da dinâmica social, que recebe o nome de Ciclo Secular. Em tal arranjo, o autor busca explicar o movimento das sociedades caracterizadas por serem *Estados ou Impérios Agrários* por intermédio do crescimento demográfico diante de uma capacidade produtiva estática ou, ao menos, de baixa mobilidade. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a teoria do Ciclo Secular de Turchin confrontando-a com as propostas de Marx, Ponanyi e Celso Furtado e sondar até que ponto essa teoria pode ser encarada como uma alternativa ou complemento para a interpretação do movimento social ao longo da História.

Quanto à metodologia, o trabalho é predominantemente bibliográfico e de abordagem qualitativa dada a necessidade de aprofundamento e comparação de conceitos diferentes dos autores citados. Para tanto, utilizou-se da obra de Peter Turchin, que inclui *Historical Dynamics: why states*

rise and fall (2003); *War and Peace and War: the rise and fall of empires* (2007); e aquela que sacramenta a sua teoria: *Secular Cycle* (2009) escrito em comunidade com Sergey A. Nefedov. Da parte da obra de Marx, usaremos os *Grundrisse* (2011); *A Ideologia Alemã* (2007) e a *Contribuição Para a Crítica da Economia Política* (1983). Dos textos de Polanyi como *A Grande Transformação* (2000) e *A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos* (2012) e tantos outros textos. Por fim, usaremos o texto *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) de Furtado como base de comparação.

Pontua-se que as obras supracitadas não foram escolhidas arbitrariamente, mas seguindo um fio explicativo: todas tratam, em alguma medida, de uma proposta de investigação sobre o itinerário da civilização humana ao longo tempo. Turchin (2009) constrói a sua proposta em *Secular Cycles* – única obra do autor estudada no presente texto – mas evita discutir as relações sociais próprias de cada época. Desse modo, convidam-se Marx e Polanyi para contribuírem, acrescentando que cada época histórica tem suas relações específicas e motivações para a produção também específicas e que, em sua maioria, não regidas pelo sistema de preços. Furtado (1961) é convidado ao debate na medida que se coloca na teoria de Peter Turchin o problema da capacidade de carga diante de uma capacidade produtiva estática. Para a Teoria do Desenvolvimento do economista brasileiro, a expansão dinâmica do universo econômico dos países centrais pela conquista de colônias é crucial – o que Turchin considera apenas em outras obras posteriores ao *Secular Cycles*.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o texto conta com mais quatro seções. A primeira busca expor os principais elementos da teoria de Peter Turchin; a segunda faz uma explanação sobre a perspectiva de Polanyi sobre a dinâmica social com base nas motivações específicas de cada época histórica no que diz respeito à produção de riqueza; a terceira versa sobre o olhar de Marx no que tange a uma teoria materialista do movimento da história mediante uma sucessão, ainda que não exata, dos modos de produção; e a quarta expõe a análise de Celso Furtado sobre o problema do desenvolvimento econômica e das formas de apropriação, distribuição expansão do excedente econômico.

2. O CICLO SECULAR (*SECULAR CYCLE*) DE PETER TURCHIN

No presente século, o esforço secular de coletar e processar inúmeros dados para elaborar uma teoria do movimento da sociedade em sua completude - abrangendo suas faces demográfica, política, econômica e institucional – tem partido no historiador e filósofo russo Peter Turchin¹.

Turchin (2009) nomeia o movimento da sociedade ao longo do tempo de dinâmica social (*social dynamic*). Esse movimento, o historiador russo apresenta nas suas principais obras como *Historical Dynamics: why states rise and fall* (2003); *War and Peace and War: the rise and fall of empires* (2007); e aquela que sacramenta a sua teoria: *Secular Cycle* (2009) escrito em comunidade com Sergey A. Nefedov. É por intermédio dessa produção acadêmica que Turchin (2009) apresenta à academia a sua teoria da dinâmica social: a teoria dos ciclos seculares.

Na sua elaboração, Peter Turchin (2009) busca explicar o movimento da sociedade como formado por uma sequência de ciclos que ora ascendem e ora declinam. O autor observa esse encandeamento de ciclos como a regra do comportamento das dinâmicas sociais realmente ocorrido nas mais distintas civilizações nos últimos milênios, conforme aponta na apresentação dos objetivos de *Secular Cycles*: “*In this book we examine the hypothesis that secular cycles—demographic-social-political oscillations of very long period (centuries long)—are the rule rather than the exception in large agrarian states and empires*” (TURCHIN & NEFEDOV, 2009, p. 5).

Ao iniciar as primeiras palavras do livro em tela, Turchin (2009) não mede esforços para apresentar na sua Introdução as suas principais hipóteses e referências no que tange ao movimento da dinâmica social ao longo do tempo: a teoria do *Princípio da População* de Malthus (e o aperfeiçoamento da sua teoria por David Ricardo, conforme aponta a sua teoria da renda da terra). Desse modo, assim como na elaboração de Malthus, a teoria dos Ciclos Seculares busca explicar a dinâmica social não só em função do tempo, mas também em função do crescimento demográfico e dos seus efeitos sobre o comportamento da economia, da política e das demais instituições. Sobre o início da problemática demográfica e seus efeitos sobre o destino da sociedade em sua completude, o historiador russo sustenta que:

The modern science of population dynamics begins with the publication in 1798 of *An Essay on the Principle of Population* by Thomas Robert Malthus. Malthus pointed out that when population increases beyond the means of subsistence, food prices increase, real wages decline, and per capita consumption, especially among the poorer strata, drops. Economic distress, often accompanied by famine, plague, and war, leads to lower reproduction and higher mortality rates, resulting in a slower population growth (or even decline) that, in turn, allows the subsistence means to “catch up.” The restraints on reproduction are loosened and population growth resumes, leading eventually to another subsistence crisis. Thus, the

¹ Outros autores que tentam elaborar uma teoria geral da evolução da sociedade e economia humanas no século XXI são David Graeber e David Wengrow (2021) e North, Weingast e Wallis, com sua teoria da violência e as ordens sociais (2009).

conflict between the population's natural tendency to increase and the limitations imposed by the availability of food results in the tendency of population numbers to oscillate. Malthus's theory was extended and further developed by David Ricardo in his theories of diminishing returns and rent (Ricardo 1817). (TURCHIN & NEFEDOV, 2009, p. 1).

Distintamente de Malthus, que no século XVIII não teve acesso à imensa quantidade de dados necessária para sustentar a sua teoria, Peter Turchin teve à sua disposição uma formidável massa de informações referentes a crescimento demográfico, evolução dos preços, crescimento das elites e finanças públicas que compreendem desde o início da ascensão do Império Romano à decadência da França feudal em 1660. Assim, o autor organiza os primeiros nove capítulos do seu livro explicando oito diferentes ciclos² que ele os denomina a partir do encadeamento das fases de expansão, estagnação, crise e depressão, sendo que em cada uma delas são observados a variação do crescimento demográfico; o comportamento de preços, aluguéis e salários; a variação do crescimento da elite social e as finanças do Estado – todas elas movidas em função do crescimento demográfico, a chave da explicação das dinâmicas sociais.

Ao colocar o crescimento demográfico como uma causa – não única, mas determinante – da dinâmica social, Peter Turchin se destaca no século XXI como um neomalthusiano, mas não um malthusiano vulgar. Em *Secular Cycles*, o historiador e sociólogo russo argumenta que a sua teoria corresponde com fidelidade ao movimento histórico dos Estados e Impérios agrários definidos por ele como, “*those in which more than 50 percent of the population (and typically above 80–90 percent) is involved in agriculture*” (TURCHIN & NEFEDOV, 2009, p. 6). Portanto, ao se fazer tal recorte histórico, Turchin (2009) está considerando apenas a divisão territorial do trabalho, sendo essa divisão capaz de definir o que seria um Império ou Estado urbano ou agrário.

Para todos os ciclos seculares estudados por Turchin (2009), o primeiro elemento é sempre aquele que o autor chama de *componente demográfico (demographic component)*. Entretanto, esse elemento nunca é apresentado sozinho, mas acompanhado daquela que será – em todo o texto – a principal variável afetada pela variação do crescimento demográfico: a capacidade de carga (*carrying capacity*) termo elaborado pelo ecologista Raymon Pearl (1920) que designa a densidade populacional que os recursos do habitat são capazes de suportar ao longo do tempo. Em linhas gerais, a capacidade de carga denuncia o limite de pessoas suportado pelo nível de produtividade da coletividade e esse mesmo limite se torna intrínseco à dinâmica social dada a lei ricardiana dos rendimentos marginais decrescentes (TURCHIN & NEFEDOV, 2009; PEARL, 1920).

² Os ciclos estudados são os seguintes: *Medieval England: The Plantagenet Cycle (1150–1485)*; *Early Modern England: The Tudor-Stuart Cycle (1485–1730)*; *Medieval France: The Capetian Cycle (1150–1450)*; *Early Modern France: The Valois Cycle (1450–1660)*; *Rome: The Republican Cycle (350–30 BCE)*; *Rome: The Principate Cycle (30 BCE–285 CE)*; *Russia: The Muscovy Cycle (1460–1620)*; e *Russia: The Romanov Cycle (1620–1922)*.

Muito embora a capacidade produtiva de determinada coletividade possa ser afetada pela expansão das fronteiras agrícolas ou pela adoção de novas formas de interação com a terra, o autor enfatiza que em Estados ou Impérios agrários a possibilidade de integração de novas terras à produção pode ser sufocada pela escassez ou más condições dos terrenos disponíveis. Desse modo, Turchin (2009) considera apenas parcialmente o aumento da capacidade produtiva da coletividade agrária ao longo do ciclo secular. Por conseguinte, considerando todos esses fatores – crescimento demográfico e capacidade produtiva estática –, à medida que o crescimento demográfico alcança a capacidade de carga, uma gama de mudanças de natureza econômica e estrutural afetam a sociedade, pois o aumento da população diante da estaticidade da capacidade produtiva pressiona os preços para cima (o que modernamente chamamos de inflação de demanda), reduz os rendimentos do trabalho (excesso de oferta de mão de obra) e, por fim, reduz o consumo *per capita* dos estratos mais pobres da sociedade, o que aumenta as taxas de mortalidade (TURCHIN & NEFEDOV, 2009).

Ademais, o aumento populacional acima da capacidade de carga suscita modificações quanto à própria divisão territorial do trabalho, pois o aumento dos aluguéis provocado pela grande quantidade de camponeses faz com que essa parcela da população dos Estados agrários migre para as cidades onde inundarão o mercado de trabalho, pressionando os “salários” urbanos negativamente e impulsionando o surgimento de ofícios especificamente urbanos. Dessa forma, gozando de aluguéis caros, preços inflados e baixos salários, a demanda de trabalho tende a acelerar dado o aumento do consumo das elites dominantes da coletividade insuflado pela inflação generalizada³ (TURCHIN & NEFEDOV, 2009).

É nesse mesmo aumento do consumo das elites agora cada vez mais abastadas que está a epigênese da promoção do comércio regional e internacional do que Turchin já considera como “mercadorias”. Essa mesma redistribuição de renda que afeta o consumo amplia o fosso entre as elites e os camponeses pobres, colocando-os numa situação de subnutrição (dada a escassez de recursos promovida pela limitação da capacidade de carga), o que torna parte considerável da população faminta suscetível a epidemias. Somado a isso, a crescente migração de camponeses sem-terra para as cidades, o aumento dos distúrbios alimentares e os baixos salários atuam como combustível das insurreições sociais cuja possibilidade de sucesso está na razão inversa da união das elites e do controle do Estado sobre as forças militares. Apesar de longo, vale a pena reproduzir o trecho em que Turchin & Nefedov (2009, p. 7 – 8) sintetizam o comportamento do ciclo:

Population growth in excess of the productivity gains of the land has a fundamental effect on society's structures. The typical changes accompanying population growth are high rents and

³ Em economias monetarizadas e com capacidade produtiva estática, a pressão inflacionária tem como resultado uma nova distribuição de renda em favor dos grupos com maior controle sobre o aparelho produtivo da coletividade.

land prices, increasing fragmentation of peasant holdings or high numbers of landless peasants, and increased migration of landless peasants to cities. Urbanization (measured by the proportion of population inhabiting towns and cities) increases. Cheap labor results in a flowering of trades and crafts. The demand for manufactures increases, because the elites profit from high rents on land and lower labor costs. Increased urbanization and conspicuous consumption by the elites promote regional and international trade. The gap between the well-to-do and the poor grows. In rural areas overpopulation means that no food reserves are available in case of crop failure. Accordingly, years of poor harvest that would hardly be noticed in better times now result in significant mortality and, at worst, in catastrophic famines. Chronic undernourishment creates conditions conducive to the spread of epidemics. The cities accumulate landless peasants and jobless artisans, who join the growing ranks of paupers and vagrants. Food riots and wage protests become frequent. Eventually, deepening economic misery leads to peasant and urban uprisings. However, as long as the elites are united and the state maintains control of the military, such popular uprisings have small chance of success.

Está também na inflação generalizada de preços e aluguéis de terra (renda da terra) bem como na queda dos salários a raiz da expansão do número dos membros da elite – dado que a inflação generalizada beneficia sempre aqueles que mantêm maior controle sobre o aparelho produtivo. No entanto, como os Estados e Impérios agrários apresentam baixa mobilidade quanto à expansão da capacidade produtiva, a ampliação da elite (que se amplifica em períodos de alta inflação) e sua capacidade de apropriação do excedente – potencializada nas fases maior crescimento demográfico – faz com que esse excedente tenda a se repartir e a reduzir os retornos sobre o que Turchin (2009) considera como “capital”. Nessa disputa por excedente e retornos decrescentes sobre o capital no interior das próprias elites nem todos são afetados da mesma intensidade: os membros com maior controle sobre os recursos e extração de excedente têm maior margem de manobra diante dos estágios críticos do ciclo secular (TURCHIN & NEFEDOV, 2009).

Neste cenário, que tem como epicentro o crescimento demográfico diante de uma capacidade produtiva estática, a estrutura das finanças do Estado agrário também é afetada e coloca em risco o funcionamento da sociedade assentada nas mesmas bases de outrora. A resposta que Turchin (2009) apresenta para a forma como o crescimento demográfico afeta as finanças do Estado passa pela necessidade e efetivação do aumento do aparato burocrático – que aumenta a pressão fiscal sobre as contas públicas. Diante da pressão sobre as despesas, o Estado passa a buscar ampliar a base tributária a contragosto das elites em disputa e das massas camponesas miseráveis que passam a resistir por intermédio das insurreições sociais (e que são usualmente sufocadas pelas forças militares). No entanto, a própria crise fiscal do Estado – que para além da ampliação dos gastos também é resultado da capacidade produtiva estática – compromete a manutenção do exército, o que tem como resultado o colapso da autoridade central e uma total desarticulação das estruturas sociais até então sólidas (TURCHIN & NEFEDOV, 2009).

Desse modo, Turchin apresenta a sua teoria da dinâmica social dos Estados e Impérios agrários em função do crescimento demográfico acima da capacidade de carga, onde tal fenômeno tem como desdobramentos imediatos *a)* o declínio da produção excedente; *b)* o empobrecimento dos camponeses; *c)* a disputa entre as elites pelos retornos decrescentes dos seus respectivos “capitais”; e *d)* o colapso das finanças do Estado e a conseqüente desordem social, o que implica em declínio socioeconômico e o retorno do crescimento demográfico aos níveis da capacidade de carga, dando início a um novo ciclo secular (TURCHIN & NEFEDOV, 2009).

Muito embora o Ciclo Secular seja dinamizado apenas por forças endógenas, o autor passa a considerar muitas forças exógenas capazes de modificar de forma significativa a dinâmica social, sendo elas: *a)* o ambiente geopolítico; *b)* ambiente de doenças e pragas; *c)* a evolução social; *d)* o clima global; e *e)* os acidentes históricos. Destarte, as forças exógenas não apenas colocam o funcionamento do ciclo secular sob ameaças, mas também a própria elaboração teórica do ciclo secular – apesar de Turchin não fazer esse apontamento. As próximas seções buscarão mostrar lacunas que a teoria do pesquisador russo possui quando cotejadas com as obras de autores como Polanyi, Marx e Furtado.

3. O PROBLEMA DAS VARIÁVEIS: O RECORTE DE KARL POLANYI

Toda a elaboração teórica de Peter Turchin em seu esforço de justificar a funcionalidade dos Ciclos Seculares para uma explicação da dinâmica social a partir do crescimento demográfico e dos seus efeitos sobre os índices econômicos e instituições da coletividade, um pressuposto está dado: a subsunção do social pelo econômico – realidade que, para Karl Polanyi (2000; 2012), apenas se verifica após o segundo quartel do século XIX, quando a Idade da Máquina – nome que ele dá à Revolução Industrial e aos seus desdobramentos – passa a ser comandada pelo padrão de mercado em sua plenitude.

Na obra de Turchin (2009) – principalmente no que tange à completude do ciclo secular – o sistema se completa mediante a passagem por 4 fases: *a)* expansão: crescimento populacional e estabilidade perante à capacidade de carga com baixa mobilidade; *b)* estagflação: inflação promovida pelo crescimento demográfico que, por sua vez, passa a ser acompanhada por baixos salários; *c)* crise: disputa entre as elites pelo excedente econômico e baixo retorno pela aplicação do capital; e *d)* depressão: crise fiscal do Estado e incapacidade de mobilizar recursos em prol da organização social – o que implica o esvaziamento da autoridade central – toda a sociedade deve estar sendo regida pelo padrão de mercado que, por sua vez, é guiado pelo sistema de preços. Em tal perspectiva, Turchin (2009) sugere que toda a sua série histórica, que abrange desde a Antiguidade (ascensão e queda de

Roma) ao prelúdio da Modernidade (final do século XVII), *pode ser estudada com as categorias da economia política elaboradas nos séculos XVII e XVIII, na Europa Ocidental.*

A aplicação de categorias associadas à economia de mercado a sociedades de mais de dois mil anos se torna explícita na sua teoria em duas ocasiões: a primeira, quando o autor cita como principais referências para o estudo da dinâmica social o *Princípio da População* do Rev. Thomas Malthus (1985) e a teoria da renda da terra conforme se apresenta na *Magnum Opus* de David Ricardo *Princípios de Economia Política e Tributação*. A relação que essas obras estabelecem com o padrão de mercado é íntima: ambas são obras que foram produzidas no século XIX – século em que, segundo Polanyi (2000; 2012), o padrão de mercado se expande a toda à sociedade europeia – e que têm como principal objetivo a busca pelas “leis gerais” de movimento da nova sociedade. Essas novas “forças reguladoras” ainda precisam ser escrutinadas e daí aparece todo o sentido e motivação da ciência nascente desde o final do século XVIII: a Economia Política (RUBIN, 2014; BRUE & GRANT, 2016; HUNT & LAUTZERHEISER, 2021). Portanto, ao considerar desdobramentos do crescimento populacional sobre a dinâmica social a partir de um referencial construído para estudar uma sociedade nascente no século XIX, Turchin (2009) assume o risco de passar pelo mesmo filtro categorial mais de dois mil anos de história das civilizações humanas.

A segunda ocasião em que Turchin explicita o uso de “leis” pertinentes ao sistema de preços de mercado em outros períodos históricos se materializa quando ele adota como variáveis (todas elas afetadas pelo crescimento da população) os “preços” dos bens e serviços, os “salários” do trabalho, a “renda da terra” e o “retorno sobre o capital”. Ao adotar essas categorias como peças no tabuleiro geral da sua análise, Turchin (2009) está considerando que nos mais de dois mil anos – período que compreende a sua pesquisa – de história das civilizações o trabalho, a terra e o dinheiro estão todos sendo comandados a partir do padrão de mercado e do seu respectivo sistema de preços.

Outro recorte que torna a teoria da dinâmica social de Peter Turchin passível de críticas é aquele que se refere à sua pesquisa como voltada para a análise de Estados e Impérios agrários – aqueles onde mais de 50% da produção se concentra nos espaços rurais, segundo a definição do próprio autor. Desse modo, independente da época histórica ou do perfil civilizatório, uma sociedade cuja divisão territorial do trabalho congrega aquela característica, terá guiada pelo sistema de preços toda a sua dinâmica a partir do crescimento demográfico acima da capacidade produtiva. Portanto, fala-se de uma dinâmica social subsumida ao sistema de preços que passa a responder às variações do crescimento demográfico (TURCHIN & NEFEDOV, 2009; TURCHIN, 2003).

Essa particularidade da teoria de Turchin (2009), idiosincrasia que diz respeito à submersão de dois mil anos de história no sistema de preços conflita com as pesquisas econômico-antropológicas

mais bem referenciadas como são as de Marshall Sahlins (1972) em *Stone Age Economics*, Max Weber (2006) em *História Geral da Economia*; as de Richard Thurnwald (2018) em *Economics in Primitive Communities*; e, principalmente, as de Karl Polanyi (2000; 2013) nas suas obras *A Grande Transformação: as origens da nossa época* e *A Subsistência do Homem e Outros Ensaios Correlatos*. Em todas essas obras – dos mais diversos referenciais ideológicos – duas conclusões se fazem concretas. A primeira implica que a história da civilização humana nem sempre foi regida pelo sistema de preços, o que não significa a ausência de relações de troca e suas implicações. A segunda sugere que a submersão total da sociedade ao sistema de preços – bem como as suas substâncias naturais humanas que se materializam no homem e na terra – é um fenômeno único e recente na história da humanidade e que só foi possível por uma conflagração de forças e instituições que se fizeram plenamente presentes apenas na segunda metade do século XIX: época da consubstanciação da Revolução Industrial, do *laissez-faire*, do Estado constitucional e do padrão-ouro enquanto padrão monetário internacional (POLANYI, 2000).

É dessa forma que Polanyi (2013), amparado nas pesquisas de Weber (2006) e Thurnwald (2018), sustenta que toda a dinâmica social que antecede o século XIX foi movida por diferentes princípios distintos do sistema de preços ou da variação desse sistema em virtude do crescimento demográfico. Colocando a sua atenção sobre o que move a produção nas sociedades primitivas, antigas e feudais, Polanyi (2013) elenca um grande número de princípios que nem sequer tangenciam o sistema de preços. No capítulo 04 do seu livro *A Grande Transformação*, cujo título é *Sociedades e Sistemas Econômicos* aponta três princípios responsáveis pela condução e motivação da produção dos bens materiais, cada um deles regido por um padrão próprio de comportamento.

O primeiro é o que o autor chama de *princípio da redistribuição*, onde a produção da coletividade existe em função da autopreservação dos seus membros, o que força a reprodução da vida material para a comuna a fim de preservar a vida e a força da comunidade diante das ameaças externas. Esse princípio da redistribuição é guiado pelo *padrão da centralidade* que, ao se personificar no chefe da comunidade – que pode assumir a forma de Xamã, Druida, Jarl ou Hersir – realiza toda a distribuição da produção entre os membros do grupo – sendo essa a principal motivação para a produção (POLANYI, 2000; POLANYI, 2013; THURNWALD, 2018).

O segundo princípio é o que Polanyi (2000) chama de *princípio da reciprocidade*. O princípio da reciprocidade é o que rege o que se entende como troca de bens nas sociedades que antecedem ao desmonte do feudalismo e que é regido pelo *padrão da similaridade*. Esse padrão articula as trocas de uma forma totalmente diversa das que se realizam sob a égide do mercado, pois são realizadas sob a forma de presentes ritualísticos que não necessariamente envolvem duas pessoas dispostas à troca – como é a sociedade mercantil –, mas comunidades inteiras que, ao se encontrarem em rituais ou

congregações específicas, realizam o depósito do seu excedente – seja ele oriundo de despojos de guerra ou da produção mesma – e recebem em troca, sem cobrança prévia, excedentes oriundos das demais comunidades (POLANYI, 2000).

Após Polanyi (2000) dar exemplos concretos da atuação desses princípios e padrões na direção da produção, como é o caso das comunidades primitivas, da Babilônia de Hamurabi, o Novo Império do Egito, o autor postula que:

Esses exemplos mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais. Como regra, encontramos o processo de redistribuição como parte do regime político vigente, seja ele o de uma tribo, de uma cidade-estado, do despotismo ou do feudalismo, do gado ou da terra. A produção e a distribuição de mercadorias são organizadas principalmente através da arrecadação, do armazenamento e da redistribuição, sendo o padrão focalizado o chefe, o templo, o déspota ou o senhor. Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, de acordo com os fundamentos em que repousa o poder político, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais tão diferentes como a partilha voluntária da caça pelos caçadores e o medo do castigo que impulsiona os fellaheen a pagarem seus impostos em espécie. (POLANYI, 2000, p. 72).

Um terceiro princípio apontado pelo autor é o que ele denomina de *princípio da domesticidade*. Esse princípio guiava a produção padronizada pelos grupos fechados e correspondia àquela produção voltada para o consumo próprio da família – principalmente nas culturas greco-romanas. Com respeito a esses princípios, Polanyi (2000 p. 75) pontua que:

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.

Muito embora Polanyi (2000) enfatize todos esses princípios, o autor não ignora o *princípio da permuta* dirigido pelo *padrão de mercado* onde as trocas se realizam deliberadamente com um único objetivo: a troca. No entanto, esse padrão nunca foi determinante nas sociedades pré-industriais e era proibido de envolver alimentos, o trabalho humano e a terra. Para que esse padrão passe a ser determinante na dinâmica social será necessária a conflagração de quatro eventos que se estimulam mutuamente. São eles: *i*) a expansão do comércio internacional que data do século XVI que, por sua vez, estimula designa a terra para a produção das lãs para os tecidos; *ii*) a modificação da função da terra como produtora de mercadorias com absorção no mercado internacional – o que se cristalizou na chamada *Lei dos Cercamentos* na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII; *c*) a falta de espaço no campo para a produção camponesa e a crescente migração campo-cidade; e *d*) a sobrevivência do

homem nas cidades sendo condicionada pela venda da sua força de trabalho. São nessas condições, e somente nelas, que o padrão de mercado via sistema de preço pode organizar toda a dinâmica social (POLANYI, 2000).

Portanto, a teoria da dinâmica social de Peter Turchin, ao buscar analisar fases de civilizações a partir do efeito – ou impacto, já que autor faz uso de modelos matemáticos – do crescimento demográfico sobre a reprodução material a partir dos mecanismos de preços e salários, levanta uma dúvida: como podemos usar conceitos transplantados do século XIX europeu para explicar dois mil anos da história da humanidade de modo a evitar uma explicação anacrônica para a história da ascensão e queda das diferentes civilizações? Na ausência de outras explicações, essa dúvida parece colocar em risco a cientificidade de sua teoria. Neste tipo de explicação, corre-se o risco de naturalização de categorias específicas a certas épocas, cometendo aquilo que Schumpeter denomina “vício ricardiano” - aplicação de conceitos abstratos sem prestar o devido cuidado à especificidade dos fatores socioculturais que limitam a aplicação de tais conceitos.

4. AS FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS E A INADEQUABILIDADE DAS CATEGORIAS DO CAPITAL EM OUTRAS FORMAS HISTÓRICAS: O POSICIONAMENTO DE MARX

Ao criticar a economia política, Marx objetiva evitar justamente a naturalização indevida das categorias da economia política predominante do seu tempo. Poderia tal crítica ser endereçada à teoria de Turchin? Ora, outra característica que torna a teoria do autor russo uma explicação *sui generis* da dinâmica histórica é a generalização que o autor faz ao usar o *Estado* ou o *Império Agrários* como uma condição material de existência social válida para todos os ciclos seculares por ele estudados. Desse modo, o *Estado* ou o *Império Agrários* passam a congregiar uma série de categorias que são válidas desde a ascensão do Império Romano até a fase de decadência do ciclo secular francês que remonta à segunda metade do século XVII. Por conseguinte, o autor está admitindo que, pelo fato de uma sociedade ter mais de 50% da sua produção ocorrendo nos espaços rurais, ela será regida em seus movimentos, em todos os ciclos seculares independente do intervalo histórico (que, no caso da teoria de Turchin, abarca mais de 2000 anos de história da humanidade).

Como já foi pontuado acima, Turchin (2009) naturaliza na sua pesquisa comportamentos sociais que só passam a ser gerais na sociedade moderna – salário, preço, inflação, acumulação –, implantando-as sobre as sociedades pré-industriais e, com elas, analisando estatísticas que visam comprovar o seu posicionamento acerca da dinâmica histórica. Entretanto, essa abordagem traz riscos teóricos no que diz respeito ao estudo das causas historicamente situadas da produção e de distribuição da riqueza - ainda que se assuma uma capacidade de carga de baixa mobilidade.

Destarte, a teoria de Turchin (2009) do *Ciclo Secular* não considera os diferentes ciclos diante das mais diversas formas de produção e distribuição características de cada época histórica por ele estudada – o que resulta na compreensão do autor de que o mesmo comportamento socioeconômico válido no Império Romano é válido também para a França de 1650. Dessa forma, o autor não enfatiza que nesses mais de 2000 anos de história – principalmente europeia – a civilização adotou diferentes formas de organização da produção e da vida social e que nenhuma delas generalizou plenamente aquelas categorias que só viriam a ser gerais na economia capitalista de produção de mercadorias. Por conseguinte, o autor minimiza a importância dos *modos de produção* específicos e adota o *Estado* ou o *Império Agrários* como uma forma política traduzível para toda e qualquer sociedade que esteja dentro do seu recorte histórico.

Muito embora a análise da história da sociedade enquanto uma sucessão de *modos de produção* – método inaugurado por Marx e Engels na *Ideologia Alemã* enquanto uma compreensão materialista da História – seja alvo de críticas (como a sua suposta tendência ao determinismo histórico e a sua limitação quanto à discriminação do modo de produção das sociedades coloniais), a validade científica dessa categoria não pode ser mensurada pelas suas exceções. Sua validade se dá por sua capacidade de congrega o grau de desenvolvimento dos meios de produção e da forma de trabalho (forças produtivas) e da forma como os membros da comunidade interagem no que diz respeito à produção e a distribuição do produto social (relações de produção) (SILVA & SILVA, 2009).

A concepção materialista da História inaugurada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* e aprofundada por Marx (1983; 2007; 2011) em textos como os *Grundrisse* e *Contribuição à Crítica da Economia Política*, ao perceber a História enquanto uma sucessão de modos de produção, considera não só o nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas também a *forma geral da propriedade* que, por sua vez, condiciona a relação de produção definitiva do modo de produção. É essa compreensão que fundamentará, em primeiro lugar, a crítica de Marx à *Economia Política* (clássica) que considerou como eternas e válidas (naturalizadas) para qualquer época as leis e os comportamentos da Economia Moderna.

O caráter histórico da Crítica da Economia Política e da historicidade da sociedade burguesa encontra em Marx e Engels uma sistematização teórica das formações sociais que tem como ponto de partida a sociedade comunal primitiva que se caracteriza pela igualdade resultante da carência generalizada, distribuição equitativa da produção e diferença social mínima. Essa sociedade primitiva gesta os elementos responsáveis pela sua própria dissolução como a domesticação de animais, o surgimento da agricultura que fixa o homem na terra e a manipulação de instrumentos de trabalho. É neste cenário que se engendra uma produção de recursos superior à quantidade consumida pela

coletividade, resultado conhecido como *excedente econômico* – diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção, é um índice de produtividade e riqueza social. Como resultado do excedente, avança-se a divisão do trabalho, a possibilidade de troca desse excedente – forma germinal da mercadoria –, a acumulação desse mais-produto e a alternativa de exploração do trabalho como produtor de excedente - o que coloca em dissolução a sociedade primitiva, e a substitui pelo escravismo. Tal concatenação de eventos coloca em primeiro plano tanto as relações de produção entre os membros dessas sociedades como a forma de utilização dos objetos frente a produção do excedente, ambas envolvidas num sistema de produção social específico – categorias designadas por Marx como *relações de produção, forças produtivas e modos de produção*, respectivamente (RUBIN, 1980; MARX, 1983; NETTO & BRAZ, 2006).

As forças produtivas da sociedade se referem aos elementos que constituem o processo de trabalho na produção dos bens. Elas são constituídas por: *a)* os meios de trabalho, que é tudo aquilo usado durante o processo de trabalho como os instrumentos, as ferramentas, e a terra enquanto meio de trabalho universal; *b)* os objetos de trabalho, que é a matéria sobre a qual o trabalho opera, como matérias brutas e matérias-primas; e *c)* a força de trabalho, que se refere à energia humana utilizada para transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação das necessidades humanas por meio da manipulação dos meios e objetos de trabalho – sendo o conjunto dessas duas forças os meios de produção da coletividade. O crescimento da produtividade do trabalho medido pela sua capacidade de transformação dos meios de produção em bens úteis no menor tempo possível, surge ao lado da repartição ou divisão do trabalho já presente na comunidade primitiva na sua forma de divisão sexual que posteriormente se desenvolve na separação entre o artesanato e a atividade agrícola, entre o campo e a cidade, atividades intelectuais e manuais que resulta na total divisão das atividades necessárias à produção de bens entre os seus membros que é a divisão social do trabalho, que avança quanto mais os bens produzidos destinam-se à troca. Sem embargo, as forças produtivas e a divisão social trabalho enquanto resultado da interação daquelas, não operam num vácuo social, mas no interior de determinadas relações entre o homem e a natureza e entre os próprios homens, dado o caráter social do trabalho. Esse conjunto de relações, que são de caráter técnico e social, constituem as relações de produção da sociedade (RUBIN, 1980; MARX, 1983; NETTO & BRAZ, 2006).

As relações de produção de caráter técnico dependem das características técnicas do processo de trabalho – grau de especialização, tecnologia – e dizem respeito ao controle que os produtores têm sobre os meios e processo de trabalho. No entanto, essas relações técnicas estão subordinadas às relações sociais de produção que as distinguem historicamente e que dependem da forma de propriedade dos meios de produção fundamentais. Desse modo, se a propriedade dos meios de produção é coletiva, as relações são de ajuda mútua e cooperação, dado o desfrute coletivo e a

ausência de exploração alheia dos produtos do trabalho; se a propriedade dos meios de produção é privada, as relações daí resultantes são de antagonismo, dada a exploração que os proprietários dos meios de produção realizam sobre os produtores diretos a partir da expropriação do seu produto do trabalho, o que divide a sociedade em dois grupos: proprietários de meios de produção e não-proprietários, o que coloca na propriedade privada dos meios de produção a origem das classes sociais. Como as forças produtivas operam em relações de produção específicas, a interação entre essas duas categorias se denomina modo de produção (RUBIN, 1980; MARX, 1983; NETTO & BRAZ, 2006).

A despeito de o modo de produção ser a constituição da interação entre as forças produtivas e as relações de produção, isso não significa que essa interação se dá de forma harmoniosa, pois enquanto as forças produtivas apresentam um desenvolvimento cumulativo, as relações de produção modificam-se de forma lenta e muitas vezes travam o avanço daquelas. Quando as relações de produção se articulam de maneira a travar o desenvolvimento das forças produtivas, a possível correspondência que poderia haver entre elas é substituída pela contradição entre as duas, o que só se resolve com a transformação estrutural e substantiva do modo de produção, que por sua vez, é constituído por uma estrutura (base econômica) da sociedade e uma superestrutura que compreendem os fenômenos extra-econômicos como as instâncias jurídicas, políticas e formas de consciência social, onde as características da estrutura são determinantes para a configuração da superestrutura – que é uma relação particular de cada modo de produção.

No que se refere aos modos de produção e à Economia Política enquanto ciência social que investiga as relações de produção do modo de produção capitalista, pode-se inferir que cada modo de produção tem as suas leis de movimento enquanto leis que regem a atividade econômica, que são objetivas e, portanto, operam independentemente da consciência dos homens individualmente; essas leis têm um caráter tendencial, pois operam como tendências que podem ser travadas por contratendências; e têm validade limitada, pois não há leis econômico-sociais supra-históricas, o que coloca a transformação do modo de produção como uma possibilidade – o que configura um dos pontos da crítica de Marx à Economia Política Clássica (RUBIN, 1980; MARX, 1983; NETTO & BRAZ, 2006).

De um ponto de vista baseado em Marx, pode-se inferir que a generalização que faz Turchin (2009) das categorias específicas do modo de produção capitalista a outras formações sociais pré-capitalistas é duvidosa de um ponto de vista científico. A dúvida surge pelo autor não considerar as diversas particularidades das formas como as sociedades por ele investigadas dirigem a produção e a forma de distribuição – distinção que faz com que as categorias de “capital”, “retorno do capital”, “preços” e “salários” possam ser inadequadas para aquela análise histórica.

5. O CICLO SECULAR (*SECULAR CYCLE*) COMO UM PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO: A INTERPRETAÇÃO DE CELSO FURTADO

Ao considerar a capacidade de carga (*carrying capacity*) na sua teorização sobre a dinâmica social a partir do crescimento demográfico e do seu efeito sobre a estrutura econômica e política da comunidade, a teoria do Ciclo Secular (*Secular Cycle*) apresenta outra lacuna: como investigar o problema do desenvolvimento. Conforme aponta Celso Furtado (2016) em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* publicado pela primeira vez em 1961, “do ponto de vista econômico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade. Trata-se portanto, de conceitos relacionados a elementos quantificáveis” (FURTADO, 2016, p. 105). Desse modo, ao considerar a capacidade produtiva relativamente estática, Turchin (2009) imprime à sua teoria o funcionamento de uma dinâmica histórica onde o processo de desenvolvimento – enquanto ampliação da capacidade produtiva – não merece estudo mais detalhado.

Ademais, da mesma forma que ocorre quanto à desconsideração de Turchin (2009) no que se refere aos modos de produção – ao considerar todos os seus ciclos como obedientes a um mesmo movimento histórico de *Estado ou Impérios Agrários* – o autor também não apresenta muitas alternativas no que diz respeito às possibilidades de formação econômica e desenvolvimento das diferentes civilizações.

Conforme já foi discutido, o Ciclo Secular se realiza à medida que há um crescimento demográfico superior à capacidade de carga. Tal crescimento populacional amplia as condições de apropriação de excedente via mecanismo de preços (dinâmica já questionada), o que, por sua vez, exacerba as possibilidades de concorrência entre as elites gerando cada vez mais desigualdade no que tange à repartição produto implicando insurreições sociais, repressão por parte do Estado, esgotamento das finanças públicas e esgarçamento do controle central – decreto final do ciclo secular. O autor não detalha as formas de se ampliar a capacidade produtiva, a não ser por fatores exógenos já mencionados (de forma com que a coletividade tenha condições de não cair no ciclo vicioso do esgotamento). Além disso, o autor não especifica as condições de superação da capacidade produtiva após o reinício do ciclo secular, o que não preenche as lacunas de transição de um ciclo secular para outro. Ou seja, tem-se a impressão que os ciclos se repetem sempre sobre a mesma base produtiva.

Diante de tais lacunas, cabe conhecer quais foram os mecanismos de desenvolvimento – ampliação da capacidade produtiva – das sociedades pré-industriais, àquelas que correspondem ao recorte temporal de Peter Turchin.

Para Furtado (2016), todas as sociedades ou formas de organização da produção e distribuição dos recursos gozaram e gozam de alguma margem crescimento da sua capacidade produtiva e é justamente essa capacidade de expansão do produto, ou riqueza social, que vem a ser o objetivo final do que o economista brasileiro chama de *análise econômica*. Nas palavras de Furtado (2016, p. 106):

O objetivo central da análise econômica consiste no estudo do fluxo de renda social. Podemos observá-lo e medi-lo de diversos ângulos, o que deve ser tido em conta para evitar conflitos verbais. Cabe referir, desde logo, que o fluxo de renda está sujeito a complexas flutuações independentes de modificações na capacidade produtiva do sistema [...] contudo, o seu crescimento a longo prazo só é factível se aumenta a capacidade produtiva.

No que concerne ao desenvolvimento enquanto matéria de análise da Economia como ciência, ressalta-se o papel do excedente econômico e a forma de seu uso como forças mantenedoras do aumento da capacidade produtiva. Interessa-nos expor que Turchin (2009) enfatiza o papel do excedente econômico não como força capaz de ampliar a capacidade produtiva da coletividade, mas como uma massa de bens que tem como finalidade última a subsistência das elites e das finanças públicas – daí e possibilidade do seu esgotamento, momento de crise do ciclo secular. Na contramão de Turchin (2009), Furtado (2016) já pontuava que o excedente econômico (bem como sua extração via mecanismos de tributos) foi a forma com a qual as sociedades antigas asseguraram a ampliação da sua capacidade produtiva bem como a sua expansão territorial. Vejamos:

A forma de utilização do excedente de produção e a posição social do grupo que dele se apropria constituem elementos básicos do processo social que engendra o desenvolvimento. Consideremos mais atentamente este problema em sua apresentação mais simples: o caso de uma comunidade que reduz outra à escravidão e passa a exigir dela, periodicamente, certo tributo. O fruto desse tributo reverterá, muito provavelmente em benefício da minoria dirigente do grupo dominante. Teremos como consequência dessa transferência de renda, uma melhora nos padrões de consumo e, provavelmente, um programa de inversões em obras improdutivas ou em guerras. Com o excedente de população criado, isto é, com a mão de obra escrava ou com pessoas alimentadas com o fruto dos tributos, far-se-ão melhores residências, monumentos, jardins suspensos, etc. Alternativamente, com essa mão de obra liberada, a comunidade dominante poderá formar um exército e tratar de obrigar outras comunidades a subministrar-lhe tributo, aumentando, por esta forma, ainda mais a sua renda. Poderá também construir muralhas de defesa, incrementando por esse meio o seu poderio. Foi este o processo pelo qual se formaram os antigos Impérios. (FURTADO, 2016, p. 114-115).

Para Furtado (2016), portanto, a utilização do excedente – para além de suprir a reprodução social das elites dominantes – tem também a função de ampliar as condições de sua extração via expansão do domínio territorial. Não é de forma vazia, por exemplo, que Furtado (2016) introduz como mecanismo de desenvolvimento para as sociedades pré-industriais o que ele chama de *expansão do universo econômico*. De acordo com o economista brasileiro, a expansão do universo econômico enquanto forma de ampliação do desenvolvimento ocorre, nas sociedades antigas, por dois

mecanismos. O primeiro é a expansão territorial do Estado ou do Império que pode se cristalizar mediante o expediente da guerra. Dessa forma, muitos Impérios se engrandeceram. Como exemplo, pode-se citar o Império Aquemênida, Babilônico, Helenístico, Romano e, no segundo milênio, o Império Otomano.

Diante dessas colocações de Furtado (2016) algo chama a atenção na teoria de Peter Turchin: as forças exógenas que podem acelerar ou obstruir a realização do ciclo secular. Uma das forças exógenas introduzidas por Turchin (2009) no seu sistema é a relação geopolítica que os Estados estabelecem entre si. Assim, a ameaça e a consolidação da guerra aparecem como um ponto final no ciclo secular, pois expressam as condições de fraqueza do Estado derrotado – enfraquecimento esse ocasionado por toda a dinâmica do crescimento demográfico acima da capacidade de carga. O que demanda explicação é como o autor interpreta o avanço da guerra por parte do Estado beligerante como uma forma que tal Império tem de ampliar o seu excedente econômico com vistas à manutenção do seu Império, rompendo, assim, com qualquer ciclo que possa ser limitado pela capacidade dos recursos (*carrying capacity*). Tal omissão dessa dinâmica limita a aplicabilidade da teoria de Turchin a Estados isolados – e só sobre eles –, pois considera como exógeno o mecanismo da guerra como forma de superar a capacidade produtiva e escassez de recursos que coloca a coletividade guerreira sob um ciclo vicioso de autodestruição via crescimento demográfico. Ademais, o próprio crescimento demográfico também é, economicamente, uma ampliação dos recursos a serviço da coletividade, pois amplia o fator trabalho na equalização das forças produtivas.

Ora, observando a história dos Impérios e antigas Cidades-Estados infere-se que pouquíssimos foram suprimidos por falta de escassez de recursos suscitada pelo crescimento demográfico. A exceção pode até ser a queda do Império Romano em meados do século IV, mas quando observada pela perspectiva da teoria do desenvolvimento, o ocaso de Roma foi menos resultado do crescimento demográfico do que da limitação da sua capacidade de expansão do seu universo econômico – limitação que refletia as dificuldades de se expandir para a além da Europa e parte da Ásia e o fortalecimento das forças inimigas (FURTADO, 2016).

Diante do exposto, a teoria de Turchin (2009), tal como apresentada em seu livro de 2009, coloca-se mais como um *possível início* de uma teoria geral da dinâmica social. Os próprios intervalos temporais que o autor salta de um ciclo para outro (do Romano do século III a.c para o Francês do século XVII) apresentam o objetivo de generalidade do autor. Contudo, é preciso retomar Furtado (2016) para compreender que a validade de uma teoria não é creditada pela quantidade de fenômenos ou de exceções que ela representa, mas pela quantidade de exceções (ou fatores exógenos, no caso de Turchin) que ela consegue tratar no seu corpo pleno de generalizações. Concluimos então que nosso

olhar crítico não descredita a teoria de Turchin (2009), mas a convida para somar na elaboração de uma teoria da dinâmica social que supere as limitações que aqui foram apontadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de uma teoria que organize e elabore tendências sobre o comportamento social é simultaneamente necessária e arriscada, dados os métodos que a ciência tem à sua disposição. Ocorre que sob incerteza nossas proposições sobre a realidade possuem diferentes graus de confiança, como observado por Keynes em seu *Tratado Sobre a Probabilidade*. E é a incerteza a grande atmosfera do comportamento da humanidade diante das intempéries que a afetam ou ameaçam afetar. Sendo assim, o que se pode elaborar é *uma solução parcial* via investigação das relações e dinâmicas sociais dadas formas específicas de propriedade, nível de desenvolvimento das ferramentas e formas de trabalho, condições de produção e apropriação do excedente e relações específicas de produção – proposta que Marx desenvolve. Desse modo, o estudo da dinâmica social passa a ser limitado a condições sociais específicas e não à condição social em geral. Evidentemente, o movimento daquelas condições elencadas pode ser comum a todas as formas sociais, mas não ao ponto de esvaziar as idiosincrasias de cada época histórica.

No expediente de elaboração de uma teoria desse tipo, Marx, Polanyi e Celso Furtado passam a ser faróis necessários para uma orientação, com Marx apontando para as condições de produção, forma de apropriação e distribuição da riqueza produzida; Polanyi desmistificando as categorias da Economia Política e negando a sua aplicação a formas sociais pré-industriais; e Furtado colocando a dinâmica social como um problema de desenvolvimento econômico que, no capitalismo, assume duas formas: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Nessa tentativa, Peter Turchin também se mostra necessário. Muito embora a sua teoria seja perpassada por ausências de categorias analisadas por outros autores, a pesquisa de Turchin (2009) é riquíssima em termos de dados e fatos históricos que complementam qualquer mosaico teórico que pretenda analisar mecanismos de dinâmica social. Em *Secular Cycles*, por exemplo, a grande quantidade de informação quanto a dados de demografia, guerras, natalidade, mortalidade e número de membros da elite dominante pode servir de orientação e soma para pesquisas que busquem descrever a forma de funcionamento daqueles Estados ou Impérios.

Ademais, a teoria de Peter Turchin (2009) tem o crédito de retomar um debate há muito perdido no marxismo: o da elaboração de uma teoria da história calcada na superação dos modos de produção, conforme Marx propôs com ressalvas em *A Ideologia Alemã*. Turchin (2009) também desperta a curiosidade de como a sociedade – nas suas mais particulares nuances como demografia, número de membros de elite, finança pública – se comporta diante do modo de produção capitalista

que, apesar de ser estudado por Marx em *O Capital*, não chega a mostrar tais variáveis, principalmente, diante do capital fictício como forma dominante de pressão por acumulação. Nesse sentido, Thomas Piketty traz contribuições relevantes em *O Capital no Século XXI*, embora não chegue a sistematizar uma teoria da dinâmica social do capital com base nos dados que utilizou. Por conseguinte, a elaboração de uma sistematização da dinâmica social com base nas particularidades de cada modo de produção – inclusive do capitalismo – levando em consideração todas as suas nuances se coloca como necessária para o presente século.

Deste modo, o próximo passo de nossa pesquisa envolverá a produção mais recente de Turchin e o estudo da medida em que seu arcabouço teórico pode endogeneizar os fatores que dinamizam os ciclos seculares e evitar o “vício ricardiano”. Desta forma, tentaremos mostrar se sua abordagem cliodinâmica pode dar conta das especificidades de cada ciclo secular e de eventuais ligações entre diferentes ciclos em diferentes civilizações - em especial a civilização que surge e se desenvolve sob a égide do capitalismo, a partir da modernidade europeia, no século XVI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia Política: um introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEARL, R., and L. J. Reed. 1920. On the rate of growth of the population of the United States since 1790 and its mathematical representation. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA** 6:275-88.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RUBIN, I. I. **Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, K. V. SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

THURNWALD, R. **ECONOMICS IN PRIMITIVE COMMUNITIES**. New York: Routledge, 2018.

TURCHIN, P. NEFEDOV, A. **Secular Cycles**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

TURCHIN, P. **War and Peace and War: the rise and fall of Empires**. New York: Plume Book Group, 2006.

_____. **Historical Dynamics: why states Rise and Fall**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

